

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 233, DE 2023

Dispõe sobre o direcionamento de crédito para a aquisição de veículos automotores pelos profissionais da educação escolar básica.

Autor: Deputado EDUARDO BISMARCK

Relatora: Deputada PROFESSORA GORETH

I - RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Eduardo Bismarck, visa dispor sobre o direcionamento de crédito para a aquisição de veículos automotores pelos profissionais da educação escolar básica.

Estabelece que as instituições financeiras públicas federais sejam autorizadas a disponibilizar uma linha específica de financiamento para a aquisição de veículos por profissionais de educação, incluindo automóveis, motocicletas e bicicletas elétricas. Esse direcionamento de crédito visa oferecer condições favoráveis para que os profissionais da educação possam adquirir veículos, o que pode contribuir significativamente para melhorar a mobilidade e acessibilidade desses profissionais.

O projeto de lei também estabelece algumas características importantes para as operações de crédito, tais como taxa de juros anual limitada à Taxa de Longo Prazo (TLP), vigente na data da formalização da operação, e prazo de até 60 meses para pagamento. Essas condições são favoráveis e podem viabilizar o acesso dos profissionais da educação ao financiamento necessário para aquisição dos veículos.



Outro ponto relevante do projeto é a utilização de recursos do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FUNPROGER – FAT) para as operações de crédito, visando a sustentabilidade financeira das operações e proporcionando maior segurança tanto para as instituições financeiras concedentes quanto para os profissionais da educação.

Além disso, o projeto de lei permite que as instituições financeiras apliquem critérios de suas políticas de crédito, o que é importante para garantir a adequação e a responsabilidade na concessão dos empréstimos. Também se prevê a possibilidade de outros bancos comerciais operarem nesse segmento de mercado, desde que direcionem parte do percentual de depósitos à vista destinados ao microcrédito, conforme estabelecido na Lei nº 10.735/2003.

O projeto de lei prevê a verificação dos requisitos pelos quais os profissionais da educação poderão acessar o crédito, bem como estabelece penalidades para casos de falsidade de declarações ou falsificação de documentos. Essas medidas são essenciais para garantir a integridade do processo e evitar possíveis fraudes.

A Matéria foi distribuída às Comissões de Educação; Trabalho; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

A tramitação dá-se sob o regime ordinário (art. 151, III, RICD).

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.



II - VOTO DA RELATORA

Considerando a análise realizada, conclui-se que o Projeto de Lei nº 233/2023, de autoria do nobre Deputado Eduardo Bismarck, apresenta méritos significativos e pode trazer benefícios importantes para os profissionais da educação escolar básica. Ao direcionar crédito para a aquisição de veículos automotores, o projeto contribui para melhorar a mobilidade e acessibilidade desses profissionais, impactando positivamente a qualidade e a eficiência do sistema educacional.

A educação escolar básica desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos e no desenvolvimento de uma sociedade. Os profissionais da educação desempenham um papel crucial nesse processo, dedicando-se diariamente ao ensino e à orientação dos alunos. No entanto, muitas vezes esses profissionais enfrentam desafios relacionados à mobilidade e ao transporte, o que o presente projeto de lei pode impactar positivamente no seu trabalho e melhorar sua eficiência.

A valorização dos profissionais da educação, que constitui um dos princípios do Plano Nacional de Educação, envolve certamente a remuneração direta, a formação inicial e continuada e o estabelecimento de carreira, mas vai além para abrigar ações que devolvam ao professorado um reconhecimento social, um *status* que foi perdido, mas que é fundamental para reavivar a atratividade da carreira.

O modelo e a dinâmica de trabalho do docente no Brasil implicam na necessidade desse profissional ter a flexibilidade de locomoção entre escolas, visto que muitos possuem dupla ou até tripla lotação funcional, incorrendo no compromisso de locomoção entre unidades escolares para cumprir todas as aulas de sua responsabilidade. Para exemplificar melhor, segundo o Censo da Educação Básica de 2019 (BRASIL, 2020), 45% dos



professores dos anos finais do ensino fundamental atuam em mais de uma escola e 30% em mais de uma rede.¹

Nesse contexto, o Projeto de Lei em questão se mostra relevante e oportuno, pois busca oferecer soluções para esses desafios ao direcionar crédito para a aquisição de veículos automotores pelos profissionais da educação escolar básica. Ao possibilitar o acesso a financiamentos especiais, com taxas de juros limitadas e prazos adequados, o projeto visa facilitar a aquisição de veículos, como automóveis, motocicletas e bicicletas elétricas, que poderão melhorar a mobilidade desses profissionais, sua eficiência no trabalho e conseqüentemente sua qualidade de vida, o que muito se busca no Brasil.

Os benefícios dessa iniciativa são múltiplos. Primeiramente, a aquisição de veículos próprios permitirá que os profissionais da educação se desloquem com maior agilidade e eficiência entre escolas, unidades educacionais e Centros de Formação. Isso pode resultar em ganhos significativos em termos de tempo, permitindo que os educadores dediquem mais horas ao planejamento de aulas, à preparação de materiais educacionais e ao contato com os estudantes e suas famílias.

Além disso, a maior mobilidade dos profissionais da educação pode contribuir para a redução do absenteísmo e do atraso nas atividades escolares. Com o acesso a veículos próprios, os educadores poderão enfrentar melhor as dificuldades de transporte, evitando a dependência de sistemas de transporte público muitas vezes sobrecarregados.

Outro aspecto importante é a possibilidade de ampliação da oferta educacional. Com uma mobilidade facilitada, os profissionais da educação poderão expandir sua atuação para regiões mais distantes ou de difícil acesso. Isso pode beneficiar especialmente estudantes que residem em áreas rurais, periféricas ou de difícil acesso, proporcionando-lhes acesso a uma educação de qualidade.

¹ Trecho retirado da pesquisa realizada pelo D3E, intitulada Volume de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental. https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2304_volume-trabalho-professores-casos.pdf



Além dos benefícios diretos aos profissionais da educação, a aprovação do projeto também pode impulsionar o setor automotivo, estimulando a demanda por veículos e gerando impactos positivos na economia, como a geração de empregos e o aumento da produção e das vendas no setor.

Diante desses argumentos, é evidente a importância da aprovação do projeto de lei, essa medida pode trazer benefícios tangíveis tanto para os educadores quanto para o sistema educacional como um todo, melhorando a qualidade do ensino e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país.

É nesse contexto que enxergamos como positiva a presente proposta, do ponto de vista do mérito educacional.

Como recorda o nobre autor, “diversas categorias têm crédito facilitado no Brasil”. Não encontramos óbice para que os docentes sejam incluídos nesse rol de beneficiários.

Diante do exposto, **o voto é favorável** ao projeto de lei nº 233, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada PROFESSORA GORETH
Relatora

